

Luiz Henrique Travassos Machado

CURSO DE

DRAWBACK

São Paulo

Copyright © 2015

Editora: Darlene Vieira Santos

Diagramação: Nilza Ohe e Paulino dos Santos

Revisão: Rosana Folli de Azevedo

Capa: João Paulo Otsuka

Impressão e acabamento: Graphic Express



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Machado, Luiz Henrique Travassos
Curso de drawback / Luiz Henrique Travassos
Machado. -- São Paulo : Aduaneiras, 2015.

Bibliografia.
ISBN 978-85-7129-775-3

1. Brasil - Comércio exterior 2. Comércio exterior 3. Direito alfandegário - Brasil
4. Drawback 5. Drawbacks - Brasil 6. Drawbacks - Leis e legislação I. Título.

15-01910

CDD-382.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Drawbacks : Política tarifária : Comércio internacional 382.7

2015

Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.

EDIÇÕES ADUANEIRAS LTDA.

SÃO PAULO-SP – 01301-000 – Rua da Consolação, 77

Tel.: 11 3545 2500 – Fax: 11 3545 2501

www.aduaneiras.com.br – e-mail: livraria@multieditoras.com.br

Sumário

Prefácio	3
Apresentação	7
Nota do Autor	11
Abreviaturas	15
Introdução	29

TÍTULO I – BENEFÍCIOS E INCENTIVOS FISCAIS

Capítulo 1 – Estado, Desenvolvimento e Incentivos	35
1.1. Extrafiscalidade	38
1.2. Benefícios e Incentivos Fiscais	41

TÍTULO II – TRIBUTOS NA IMPORTAÇÃO DE BENS E REGIMES ADUANEIROS

Capítulo 1 – Tributos na Importação de Bens.....	45
1.1. Direito Aduaneiro e Direito Tributário	46
1.2. Bitributação e <i>Bis in Idem</i> na Importação	51
1.2.1. Análise da Jurisprudência.....	52
1.3. Imposto de Importação	53
1.3.1. Do Critério Material	55
1.3.2. Do Critério Temporal	57
1.3.3. Do Critério Espacial	58
1.3.4. Do Critério Pessoal.....	60
1.3.5. Do Critério Quantitativo.....	60
1.3.6. Inserção no Regime de <i>Drawback</i>	61
1.4. IPI Vinculado à Importação	62
1.4.1. Do Critério Material	62

1.4.2.	Do Critério Temporal	63
1.4.3.	Do Critério Espacial	65
1.4.4.	Do Critério Pessoal.....	66
1.4.5.	Do Critério Quantitativo.....	66
1.4.6.	Inserção no Regime de <i>Drawback</i>	66
1.5.	PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação	66
1.5.1.	Do Critério Material	67
1.5.2.	Do Critério Temporal	67
1.5.3.	Do Critério Espacial	68
1.5.4.	Do Critério Pessoal.....	68
1.5.5.	Do Critério Quantitativo.....	69
1.5.6.	Inserção no Regime de <i>Drawback</i>	71
1.6.	Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM)	72
1.6.1.	Do Critério Material	72
1.6.2.	Do Critério Temporal	73
1.6.3.	Do Critério Espacial	73
1.6.4.	Do Critério Pessoal.....	73
1.6.5.	Do Critério Quantitativo.....	73
1.6.6.	Inserção no Regime de <i>Drawback</i>	73
1.7.	ICMS	75
1.7.1.	Do Critério Material	76
1.7.2.	Do Critério Temporal	76
1.7.3.	Do Critério Espacial	78
1.7.4.	Do Critério Pessoal.....	78
1.7.5.	Do Critério Quantitativo.....	78
1.7.6.	Inserção no Regime de <i>Drawback</i>	79
1.8.	Ementas em Destaque.....	79
1.8.1.	Bitributação e <i>Bis in Idem</i> na Importação	79
1.8.2.	Imposto de Importação	80
1.8.3.	Imposto sobre Produtos Industrializados	80
1.8.4.	PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação	80
1.8.5.	ICMS	81
Capítulo 2 – Regimes Aduaneiros.....		83
2.1.	Dos Regimes Aduaneiros	84
2.1.1.	O Regime Aduaneiro Comum	86
2.1.2.	O Regime Aduaneiro Especial	86
2.2.	Regimes Segundo a Amplitude da Exoneração Fiscal	91
2.2.1.	Regimes Amplos.....	92
2.2.1.1.	Regime Aduaneiro Especial <i>Stricto Sensu</i>	92

2.2.1.2.	Regimes Aduaneiros Aplicados em Áreas Especiais.....	93
2.2.1.3.	Regimes Aduaneiros Atípicos	94
2.2.2.	Regimes Parciais	94
2.3.	Regimes Segundo o Momento de Incidência da Exoneração.....	96
2.3.1.	Regimes de Importação	96
2.3.2.	Regimes de Exportação	97
2.3.3.	Regime Misto	97
2.3.4.	Regimes Neutros	97
2.4.	Regimes Segundo o Fluxo Comercial	98
2.4.1.	Regimes Bidirecionais.....	98
2.4.2.	Regimes Unidirecionais	99
2.4.3.	Regimes Multidirecionais.....	99
2.4.4.	Regime Interno	99
2.4.5.	Regime de Passagem	99
2.5.	Regimes Segundo a Pretensão de Definitividade.....	99
2.5.1.	Regimes sem Pretensão Direta.....	100
2.5.2.	Regimes de Pretensão Presumida.....	100
2.5.3.	Regimes de Pretensão Indiferente	100
2.6.	Regime Aduaneiro Especial “Atípico”.....	101
2.7.	Da Nacionalização	101
2.7.1.	Análise da Jurisprudência.....	104
2.8.	Regimes Aduaneiros Econômicos	107
2.9.	Ementas em Destaque.....	109
2.9.1.	STF	109
2.9.2.	STJ.....	109
2.9.3.	CSRF	110
2.9.4.	3º CC.....	110

TÍTULO III – REGIME ADUANEIRO ESPECIAL DE *DRAWBACK*

Capítulo 1 – O <i>Drawback</i>	113
---------------------------------------------	-----

Capítulo 2 – O <i>Drawback</i> nos Tratados Internacionais	117
-------------------------------------------------------------------------	-----

2.1.	Os Tratados	117
2.2.	Nafta	121
2.3.	GATT	123
2.4.	Convenção de Kioto	125
2.5.	União Europeia	126
2.6.	Mercosul	129
2.6.1.	Atos Comunitários sobre o <i>Drawback</i>	130
2.6.2.	Os Códigos Aduaneiros do Mercosul.....	133

2.7.	Ementas em Destaque.....	136
2.7.1.	STF	136
Capítulo 3 – O <i>Drawback</i> em outros Países		139
3.1.	Estados Unidos da América.....	139
3.2.	Austrália	141
3.3.	Coreia do Sul	141
3.4.	Tailândia	142
3.5.	Canadá	143
3.6.	Índia	144
3.7.	Peru.....	145
3.8.	Venezuela.....	146
3.9.	Argentina	146
3.10.	Uruguai	147
Capítulo 4 – Evolução Legal e Regulamentar		149
4.1.	Da Origem ao Decreto-Lei nº 37/1966	149
4.2.	Do Decreto-Lei nº 37/1966 até a Constituição de 1988.....	152
4.3.	Da Constituição de 1988 aos Dias Atuais.....	156
Capítulo 5 – Competências Legislativa e Executiva		163
5.1.	Competência Legislativa	163
5.2.	Competência Executiva	164
5.2.1.	Regulação Conjunta	168
5.3.	Análise da Jurisprudência.....	169
5.4.	Ementas em Destaque.....	175
5.4.1.	3º CC	175
5.4.2.	Carf.....	176
5.4.3.	CSRF	177
Capítulo 6 – Natureza Jurídica.....		179
6.1.	A Natureza Jurídica	179
6.2.	Da Natureza de Direito Público.....	181
6.3.	Da Suspensão como Natureza Atribuída pela Legislação	181
6.3.1.	Hipótese de Incidência, Obrigação Tributária, Crédito Tributário e Lançamento	182
6.3.2.	Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário.....	187
6.3.3.	Da Necessidade de Lei Complementar para Disciplinar a Suspensão da Exigibilidade.....	189
6.4.	Da Natureza Jurídica de Isenção Tributária.....	192
6.4.1.	Modalidade “Suspensão”	194
6.4.2.	Modalidade “Isenção”	202

6.4.3.	Modalidade “Restituição”	204
6.5.	Ementas em Destaque.....	205
6.5.1.	STJ.....	205
Capítulo 7 – Interpretação das Normas sobre <i>Drawback</i>		207
7.1.	Interpretação e Classificações	207
7.2.	Interpretação das Isenções	209
7.2.1.	Análise da Jurisprudência.....	213
7.3.	Ementas em Destaque.....	213
7.3.1.	STJ.....	213
Capítulo 8 – <i>Drawback</i> e os Tributos Estaduais e Municipais		215
8.1.	Isenção de Tributos por Tratados Internacionais	215
8.1.1.	Análise da Jurisprudência.....	225
Capítulo 9 – Revogação, Anterioridade e Direito Adquirido		227
9.1.	Da Revogação.....	227
9.2.	Revogação da Isenção Incondicionada.....	228
9.2.1.	No Plano da Lei Concessiva.....	228
9.2.1.1.	Da Natureza Jurídica do Ato Concessório de <i>Drawback</i> “Isenção”	229
9.2.1.2.	Permanência dos Efeitos do Ato Concessório de <i>Drawback</i> “Isenção”.....	231
9.2.2.	Irrevogabilidade do Ato Concessório de <i>Drawback</i> “Isenção”	232
9.3.	Revogação da Isenção Condicionada	234
9.3.1.	No Plano da Lei Concessiva.....	234
9.3.1.1.	Da Natureza Jurídica do Ato Concessório de <i>Drawback</i> “Suspensão”.....	236
9.3.2.	Irrevogabilidade do Ato Concessório de <i>Drawback</i> “Suspensão”	237
9.4.	Da Anterioridade	238
9.4.1.	Análise da Jurisprudência.....	240
9.5.	Ementas em Destaque.....	240
9.5.1.	STF	240
Capítulo 10 – Princípios Aplicáveis ao <i>Drawback</i>		241
10.1.	Princípios e Regras	242
10.1.1.	Distinção entre Princípios e Regras.....	243
10.1.2.	Proposta de Dissociação, Segundo Humberto Ávila.....	245
10.1.2.1.	Critério da Natureza do Comportamento Prescritivo.....	246

10.1.2.2.	Critério da Natureza da Justificação Exigida	247
10.1.2.3.	Critério da Medida de Contribuição para a Decisão.....	247
10.1.2.4.	Proposta Conceitual das Regras e dos Princípios	248
10.2.	Princípios Gerais	248
10.2.1.	Princípios Gerais de Base Constitucional	248
10.2.1.1.	Solidariedade	248
10.2.1.2.	Legalidade	249
10.2.1.3.	Federalismo Fiscal.....	252
10.2.1.4.	Isonomia	254
10.2.1.5.	Livre Concorrência.....	256
10.2.2.	Princípios Gerais de Base Legal.....	257
10.2.2.1.	Universalidade do Controle Aduaneiro	257
10.2.2.2.	Livre Escolha do Regime	258
10.2.2.3.	Supremacia das Declarações	261
10.2.2.4.	Livre Origem.....	262
10.2.2.5.	Descrição Detalhada da Mercadoria	263
10.2.2.5.1.	Dos vários significados de um mesmo vocábulo	266
10.2.2.5.2.	Pressuposto da Classificação Fiscal e de Controles Administrativos	268
10.2.2.5.3.	Parâmetros para a Descrição Detalhada	271
10.2.2.5.4.	<i>Drawback</i> “Suspensão” Genérico	272
10.2.3.	Princípios Gerais de Base Infralegal	273
10.2.3.1.	Tempestividade.....	273
10.2.3.2.	Anterioridade do Título	274
10.2.3.3.	Fragmentariedade do Título	274
10.2.4.	Princípio Geral de Intercâmbio Externo.....	274
10.2.4.1.	Integração Global da Produção	275
10.3.	Princípios Específicos	276
10.3.1.	<i>Drawback</i> “Suspensão”	276
10.3.1.1.	Vinculação Física ou Identidade	276
10.3.1.1.1.	O Ato Declaratório Cosit nº 20/1996	279
10.3.1.1.2.	Planos de Comprovação	280
10.3.1.1.3.	Vinculação Física na Modalidade “Isenção”	281
10.3.1.1.4.	O Parecer Normativo CST nº 12/1979	282
10.3.1.1.5.	Subprincípio da Causalidade	283
10.3.1.1.6.	Panorama Atual da Legislação	285
10.3.1.2.	Fungibilidade.....	289
10.3.1.2.1.	Tipos de Fungibilidade	290

10.3.1.2.2.	Pontos Sensíveis da Fungibilidade	290
10.3.1.2.3.	Fungibilidade e Apuração da Causa Material	295
10.3.1.2.4.	Transferências para outro Ato Concessório	298
10.3.1.2.5.	Panorama Atual da Legislação	307
10.3.2.	<i>Drawback</i> “Isenção”	311
10.3.2.1.	Equivalência	311
10.3.2.1.1.	Subprincípio da Livre Disposição	312
10.3.2.1.2.	Panorama Atual da Legislação	313
10.3.2.2.	Reposição Objetiva de Estoques	316
10.3.2.3.	Não Discriminação de Origem na Reposição	318
10.3.3.	<i>Drawback</i> “Restituição”	319
10.3.3.1.	Conexão Física	319
10.4.	Análise da Jurisprudência	319
10.5.	Ementas em Destaque	325
10.5.1.	CSRF	325
10.5.2.	Carf	326
10.5.3.	3º CC	328
Capítulo 11 – Requisitos do Regime		329
11.1.	Requisitos Subjetivos	329
11.1.1.	A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (Eireli)	331
11.1.2.	Estabelecimentos Matriz e Filial	331
11.1.3.	Habilitação Siscomex	333
11.1.4.	Importações por Conta e Ordem	333
11.1.5.	Comprovação de Regularidade Fiscal	334
11.1.5.1.	O Ato Declaratório Normativo Cosit nº 22/1997	335
11.1.5.2.	Análise da Jurisprudência	337
11.2.	Requisitos Objetivos	338
11.2.1.	Mercadorias de Importação Proibida ou Suspensa	340
11.2.1.1.	Proibições e Suspensões Posteriores	342
11.2.2.	Mercadorias de Exportação Proibida ou Suspensa	343
11.2.3.	Análise de Compatibilidade do Siscomex	344
11.3.	Requisitos Operacionais	344
11.3.1.	Operações Admitidas	345
11.3.1.1.	Fluxo Financeiro e Fluxo Físico	347
11.3.1.2.	Agregação de Valor e Resultado da Operação	348
11.3.1.3.	Autobeneficiamento, Consumo e Emprego	352
11.3.2.	Local das Operações	355
11.3.2.1.	Industrialização em outro País	355

11.3.3.	Exportações Vedadas	357
11.3.3.1.	Zona Franca de Manaus	357
11.3.3.2.	Áreas de Livre Comércio	359
11.3.3.3.	Países e Produtos	359
11.3.4.	Importações Vedadas	359
11.4.	Requisitos Jurídicos	360
11.4.1.	Tributários	360
11.4.2.	Moedas não Conversíveis	361
11.5.	Ementas em Destaque	362
11.5.1.	STF	362
11.5.2.	STJ	362
Capítulo 12 – Dispensas		363
12.1.	Dispensa do Exame de Similaridade	363
12.2.	Dispensa de Transporte em Navio de Bandeira Brasileira	364
Capítulo 13 – Drawback “Suspensão”		367
13.1.	Os Formatos Tradicional e Integrado	368
13.2.	Pedido de Ato Concessório	370
13.3.	Subprodutos e Resíduos	371
13.4.	Prazos	372
13.4.1.	Prazo para Ingresso ou para Admissão	373
13.4.1.1.	Prorrogação do Prazo para Ingresso	375
13.4.2.	Prazo de Aplicação ou de Vigência	375
13.4.2.1.	Bens de Capital	378
13.4.2.2.	Prorrogações do Prazo de Aplicação	380
13.4.2.3.	Previsão Atual ao Prazo de Aplicação	380
13.4.2.4.	Projeto de Lei para Aumentar o Prazo de Aplicação	381
13.4.3.	Prorrogações Excepcionais	383
13.4.3.1.	Primeira Prorrogação Excepcional do Prazo para Ingresso	384
13.4.3.2.	Segunda Prorrogação Excepcional do Prazo para Ingresso	385
13.4.3.3.	Terceira Prorrogação Excepcional do Prazo para Ingresso	387
13.4.3.4.	Primeira Prorrogação Excepcional do Prazo de Vigência	389
13.4.3.5.	Segunda Prorrogação Excepcional do Prazo de Vigência	392
13.4.3.6.	Terceira Prorrogação Excepcional do Prazo de Vigência	393

13.5. Termos	394
13.5.1. Termo Inicial	394
13.5.2. Termo Final	395
13.6. Termo de Responsabilidade.....	395
13.6.1. Alcance Parcial em Sede de <i>Drawback</i> Integrado “Suspensão”	396
13.6.1.1. O Termo de Responsabilidade “Eletrônico”.....	398
13.6.2. Juros, Multa de Mora e a Multa de Ofício	399
13.6.3. Diferenças de Valor	400
13.6.4. Termo de Responsabilidade e Decadência	401
13.6.5. Análise da Jurisprudência.....	403
13.7. Submodalidades.....	405
13.7.1. <i>Drawback</i> “Suspensão” Tradicional.....	407
13.7.2. Aquisições no Mercado Interno com “Suspensão” do IPI ..	408
13.7.2.1. Regime Especial de “Suspensão” do IPI na Exportação	409
13.7.2.2. Aquisições no Mercado Interno: PIS/Pasep e Cofins	412
13.7.2.3. Análise da Jurisprudência.....	412
13.7.3. <i>Drawback</i> Verde-Amarelo.....	414
13.7.3.1. O Art. 59, <i>Caput</i> da Lei nº 10.833/2003	414
13.7.3.2. A Criação do Verde-Amarelo	417
13.7.3.3. A Medida Provisória nº 451/2008.....	419
13.7.4. <i>Drawback</i> Integrado “Suspensão” Comum.....	421
13.7.4.1. Conversibilidade do Verde-Amarelo em Integrado.....	421
13.7.5. <i>Drawback</i> Integrado “Suspensão” Agropecuário.....	422
13.7.5.1. A Resolução Camex nº 12/2002	423
13.7.5.2. A IN SRF nº 168/2002	424
13.7.5.3. Incompatibilidade com <i>Drawback</i> Verde-Amarelo.....	426
13.7.5.4. Panorama Atual da Legislação	426
13.7.6. <i>Drawback</i> Integrado “Suspensão” Intermediário.....	427
13.7.6.1. A Industrial-Exportadora.....	429
13.7.6.2. Sucessividade de Fabricantes Intermediários.....	430
13.7.6.3. Parcelismo de Fabricantes Intermediários	431
13.7.6.4. <i>Drawback</i> “Suspensão” Agropecuário Intermediário.....	431
13.7.6.5. Intermediário e o Fornecimento Nacional.....	432
13.7.7. <i>Drawback</i> para Fornecimento no Mercado Interno	432
13.7.7.1. Titularidade do Ato Concessório.....	432

13.7.7.2. Objeto Licitado ao Amparo da Exoneração	434
13.7.7.3. Norma Legal de Aplicação Indireta	435
13.7.7.4. AFRMM e Taxa de Utilização do Mercante	435
13.7.7.5. Análise da Jurisprudência.....	435
13.7.8. <i>Drawback</i> para Embarcação.....	436
13.7.9. <i>Drawback</i> Genérico.....	437
13.7.10. <i>Drawback</i> sem Expectativa de Pagamento	439
13.8. Convênios ICMS	440
13.8.1. O Convênio ICMS nº 27/1990.....	440
13.8.2. O Convênio ICMS nº 33/1977.....	443
13.8.3. Análise da Jurisprudência.....	443
13.9. Formas de Extinção	444
13.10. Ementas em Destaque.....	445
13.10.1. STJ.....	445
13.10.2. 3º CC.....	445
13.10.3. Carf.....	446
Capítulo 14 – <i>Drawback</i> Isenção	447
14.1. Os Formatos Tradicional e Integrado	447
14.2. Pedido de Ato Concessório.....	449
14.2.1. Conversão Facultativa de Atos Concessórios.....	450
14.2.2. O Ato Concessório Automático (ACA).....	450
14.3. Subprodutos e Resíduos	451
14.4. Prazos	452
14.4.1. Prazo para Habilitação.....	452
14.4.2. Prazo para Fruição ou para Exercício.....	453
14.4.2.1. <i>Drawback</i> “Isenção” para Embarcação.....	454
14.4.2.2. O Art. 124, Parágrafo Único da Portaria Secex nº 23/2011	454
14.4.2.3. Prorrogação Excepcional.....	455
14.5. Termos	455
14.6. Tributação do Bem a ser Resposto	455
14.7. Submodalidades.....	456
14.7.1. <i>Drawback</i> “Isenção” Tradicional	457
14.7.2. <i>Drawback</i> Integrado “Isenção” Comum	458
14.7.3. <i>Drawback</i> Integrado “Isenção” Agropecuário	458
14.7.4. <i>Drawback</i> Integrado “Isenção” Intermediário	459
14.7.5. <i>Drawback</i> para Embarcação.....	460
14.8. Análise da Jurisprudência.....	460
14.9. Ementas em Destaque.....	463
14.9.1. 3º CC.....	463
14.9.2. Carf.....	464

Capítulo 15 – Drawback Restituição.....	465
15.1. Valor e Forma da Restituição	465
15.2. Habilitação ao Regime	466
15.2.1. Unidade da RFB Competente.....	466
15.2.2. Apuração do Valor a Restituir	467
15.2.3. Utilização do Certificado.....	468
15.2.4. Recurso contra o Indeferimento	468
15.2.5. Prazo para Requisição	468
15.3. Tributos Restituíveis.....	469
15.4. Ementas em Destaque.....	469
15.4.1. Carf.....	469
Referências.....	471